Quadro Definitivo de Respostas

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

1) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - ADAPTADA) O Código Tributário Nacional (CTN), ao apresentar as espécies tributárias, adotou a chamada teoria tricotômica. Todavia, a Constituição Federal de 1988 menciona mais duas espécies tributárias não constantes no sistema de classificação adotado pelo CTN, que são

- as taxas e as contribuições sociais.
- o empréstimo compulsório e as contribuições especiais.
- as taxas e o empréstimo compulsório.
- as contribuições sociais e as contribuições de melhoria.
- o empréstimo compulsório e as contribuições de melhoria.

2) (FAURGS - 2022 - TJ-RS - Juiz Substituto - ADAPTADA) Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando os enunciados aos respectivos princípios.

- Princípio da legalidade tributária
- Princípio da igualdade tributária
- Princípio da anterioridade tributária
- Princípio da proibição do confisco

() Não é aplicável a majoração do Imposto de Exportação (IE) e Imposto de Importação (II).
 () Não é aplicável para a majoração da alíquota, dentro dos limites legais, do Imposto

sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

() É a garantia constitucional de que a administração não irá utilizar os tributos para violar o direito de propriedade do contribuinte.
 () Não é violado na hipótese de isenções concedidas com amparo no interesse público e no princípio da razoabilidade.

- 3 – 2 – 1 – 4.
- 2 – 3 – 4 – 1.
- 1 – 2 – 4 – 3.
- 1 – 4 – 3 – 2.
- 3 – 1 – 4 – 2.

3) (IDECAN - 2021 - Prefeitura de Campina Grande - PB - Fiscal de Tributos Municipais) Analise as afirmativas abaixo sobre isenção e imunidade tributárias:

- Por conta da chamada imunidade recíproca, um Estado não pode instituir imposto sobre o patrimônio do Município.
- A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- A isenção não se aplica exclusivamente à cobrança de impostos, podendo abranger, se assim a lei determinar, as taxas e contribuições de melhoria.

- se todas as afirmativas estiverem corretas.
- se somente a afirmativa I estiver correta.
- se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

4) (Quadrix - 2021 - CRBio-6ª Região - Assistente Contábil-Financeiro - ADAPTADA) No que se refere às competências tributárias dos entes federativos, expressamente dispostas nos artigos de 145 a 156 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- Os municípios não poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- Os municípios poderão instituir contribuições de intervenção em seu domínio econômico.
- Compete aos estados a instituição de contribuição no interesse das categorias profissionais e econômicas.
- Os municípios não poderão, em nenhuma hipótese, instituir empréstimos compulsórios.

- e) Os municípios poderão instituir taxas sobre o exercício de poder de polícia, as quais poderão ter base de cálculo própria para impostos.

5) (FUNDATEC - 2021 - PGE-RS - Analista Jurídico - ADAPTADA) Acerca do papel da lei complementar no Direito Tributário, é INCORRETO afirmar que:

- a) Cabe à lei complementar definir os fatos geradores, as bases de cálculo e os contribuintes dos impostos discriminados na Constituição.
- b) O Código Tributário Nacional, considerando seu papel de estabelecer normas gerais do direito tributário, foi recepcionado pela Constituição como lei complementar.
- c) Cabe à lei complementar outorgar tratamento tributário diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
- d) A instituição de empréstimos compulsórios deve ser feita por lei complementar.
- e) A instituição de impostos extraordinários, na iminência ou no caso de guerra externa, deve ser feita por lei complementar.

6) (FUNDATEC - 2021 - Prefeitura de Ametista do Sul - RS - Auditor Fiscal de Tributos Municipais - ADAPTADA) Ao tratar da obrigação tributária, o Código Tributário Nacional (CTN) diz que ela é principal ou acessória. E, especificamente em relação à obrigação principal, o CTN define que ela surge com a ocorrência _____, tem por objeto o pagamento _____ e extingue-se juntamente com _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) do fato gerador – de crédito fiscal exceto multas – a obrigação acessória dela decorrente.
- b) do fato gerador – de crédito fiscal exceto multas – a obrigação acessória dela decorrente
- c) do lançamento tributário – de impostos ou multas – o crédito dela decorrente
- d) do lançamento tributário – de tributo ou penalidade pecuniária – o crédito dela decorrente
- e) do fato gerador – de tributo ou penalidade pecuniária – o crédito dela decorrente

7) (UNESPAR - 2019 - FozTRANS - Advogado) Sobre a sistemática da substituição tributária, é INCORRETO afirmar que:

- a) A substituição tributária pode ocorrer na forma progressiva, no qual o recolhimento do tributo incide de forma antecipada sob uma base de cálculo presumida.
- b) A Constituição Federal de 1988 assegura a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- c) A sistemática da substituição tributária é faculdade do contribuinte, não havendo imposição legal.
- d) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- e) O substituto tributário é o terceiro que a lei obriga a apurar o montante devido e cumprir a obrigação de pagamento do tributo “em lugar” do contribuinte.

8) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - Defensor Público Substituto) Suponha que o fisco tenha comprovado a ocorrência de fraude em um lançamento tributário, configurada pelo fato de um agente público tê-lo efetuado com valor inferior ao devido. Nesse caso, o fisco deve

- a) intimar o agente público a pagar o valor devido e retificar o lançamento.
- b) promover lançamento de ofício.
- c) intimar o contribuinte para que este apresente declaração retificadora.
- d) intimar o contribuinte e o agente público para que promovam o lançamento de retificação.
- e) homologar, de imediato, o lançamento pelo valor nele inscrito e promover a cobrança da diferença.

9) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - Procurador do Estado) Considere que um contribuinte, devedor de crédito tributário inscrito em dívida ativa, tenha aderido a um programa de parcelamento e que, preenchidos todos os requisitos legais, tenha efetuado o pagamento da primeira parcela do programa. Nesse caso,

- a) o crédito tributário será parcialmente compensado.
- b) a inscrição do crédito tributário na dívida ativa será cancelada.
- c) o crédito tributário será integralmente extinto.
- d) a exigibilidade do crédito tributário será suspensa.

e) o crédito tributário será excluído da dívida ativa.

10) (IESES - 2021 - Prefeitura de Gaspar - SC - Procurador Municipal - Edital nº 10 - ADAPTADA) Assinale a alternativa INCORRETA, considerando o art. 174 da Lei Nº 5.172/66:

- a) Pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- b) Por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- c) Por qualquer ato extrajudicial que constitua em mora o devedor.
- d) Pelo protesto judicial.
- e) Há três opções corretas entre as acima indicadas.

11) (FCC - 2012 - ARCE - Procurador Autárquico da ARCE - ADAPTADA) Sobre os tratados internacionais em matéria tributária, é correto afirmar:

- a) Serão equivalentes às emendas constitucionais, quando incorporados ao direito interno.
- b) As isenções de tributos incidentes sobre a importação, veiculadas por tratado internacional, dependerão de aprovação de todos os Estados da Federação, por meio de CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária).
- c) As isenções de tributos internos, originadas de tratados internacionais, subscritas pelo Presidente da República, na condição de chefe de governo, apenas podem ser veiculadas na ordem interna por meio de lei complementar.
- d) De acordo com a jurisprudência do STF, os tratados internacionais podem conceder isenções de tributos estaduais e municipais.
- e) Conforme prescrito pelo CTN, em qualquer caso os tratados em matéria tributária são hierarquicamente inferiores à lei ordinária.

12) (FCC - 2011 - TJ-PE - Juiz) Em nosso sistema tributário, a diferença entre o contribuinte e o responsável tributário é que

- a) aquele responde pelos impostos e estes pelas taxas regularmente instituídas.
- b) este último somente responde nos casos de impossibilidade do cumprimento da obrigação pelo contribuinte.
- c) este último é sempre uma pessoa física.

d) somente o contribuinte pode impugnar a constituição do crédito tributário, mediante oferecimento de defesa fiscal.

e) enquanto o contribuinte realiza o fato gerador, a responsabilidade deste último deriva exclusivamente da lei.

13) (FGV - 2010 - SEFAZ-RJ - Fiscal de Rendas - Prova 3) As alternativas a seguir apresentam atribuições da lei complementar tributária, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
- b) Dispor sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- c) Instituir o imposto sobre grandes fortunas.
- d) Dispor sobre os requisitos para o gozo da imunidade tributária relativa a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.
- e) Atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.

14) (MOVENS - 2009 - PC-PA - Delegado de Polícia - ADAPTADA) A evasão tributária e a elisão tributária são institutos de direito tributário. A respeito das infrações à ordem tributária, assinale a opção correta.

- a) A elisão é identificada por grande parte dos doutrinadores com o planejamento tributário.
- b) A evasão tributária para a maior parte dos doutrinadores é mecanismo lícito.
- c) A sonegação, a fraude e o não cumprimento de obrigações acessórias são considerados crimes contra a ordem tributária.
- d) Em regra, e para a maioria dos doutrinadores, a elisão tributária configura ilícito tributário.
- e) Evasão e elisão tributárias são expressões sinônimas.

15) (FCC - 2019 - DPE-SP - Defensor Público) Sobre a suspensão do crédito tributário, é correto afirmar:

- a) A concessão de medida liminar em mandado de segurança dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.

- b) O depósito do valor do tributo dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.
- c) A consignação em pagamento do valor do tributo dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.
- d) A moratória dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.
- e) O parcelamento não dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.

16) A taxa e o preço público se caracterizam por:

- a) o preço público ser receita derivada do Estado e a taxa ser receita originária.
- b) a cobrança da taxa obedecer ao princípio constitucional da proporcionalidade do uso e a do preço público não.
- c) o preço público poder ser cobrado pela utilização potencial do serviço, enquanto a taxa não poder.
- d) a taxa submeter-se ao princípio da anterioridade tributária e o preço público não se submeter ao referido princípio.
- e) o regime jurídico da taxa ser contratual, já o dos preços públicos ser especial.

17) (CESGRANRIO - 2018 - Petrobras - Advogado Júnior) Em 2014, o rompimento de uma barragem de rejeitos decorrentes de atividade de mineração desenvolvida no município Z causou severos danos à infraestrutura da cidade. Em razão do incidente, foi aprovada lei que estendeu o prazo para o pagamento do IPTU pelo período de um exercício financeiro para beneficiar proprietários de imóveis afetados pelo infortúnio, que se encontravam em mora com relação ao imposto citado. Qual é o nome do instituto tributário utilizado pelo município?

- a) Parcelamento
- b) Moratória
- c) Remissão
- d) Transação
- e) Compensação

18) (FCC - 2010 - AL-SP - Procurador) Em tema de exclusão do Crédito tributário, é correto afirmar:

- a) A anistia abrange as infrações cometidas antes ou depois da vigência da lei que a concede, aplicando-se aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.

- b) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- c) A anistia somente pode ser concedida em caráter geral e ilimitadamente às infrações da legislação relativa a determinado tributo, porém com prazo certo e determinado.
- d) A isenção não pode, em qualquer caso, ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de violação do princípio da igualdade tributária.
- e) A exclusão do crédito tributário dispensa ilimitadamente o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

19) (VUNESP - 2011 - PORTUÁRIO II - ADVOGADO DA CODE/SP - 2011 - ADAPTADA) Não obstante imprecisão terminológica presente no CTN, a descrição hipotética e abstrata de um fato, para a doutrina de direito tributário, é conceito de

- a) fato gerador.
- b) hipótese de incidência.
- c) obrigação tributária.
- d) tributo.
- e) capacidade tributária.

20) (CESPE - 2019 - TJ-PR - Juiz Substituto - ADAPTADA) São modalidades de suspensão do crédito tributário

- a) a remissão e o parcelamento.
- b) o parcelamento e a moratória.
- c) a anistia e a moratória.
- d) a remissão e a anistia.
- e) a isenção e o processo administrativo tributário